



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**JERUSA GONÇALVES JOSÉ**

**OS DESAFIOS DO GÊNERO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA  
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS SOCIAIS,  
POLÍTICOS, ECONÔMICOS SOB A DOMINAÇÃO MASCULINA EM  
ANGOLA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**JERUSA GONÇALVES JOSÉ**

**OS DESAFIOS DO GÊNERO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA  
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS SOCIAIS,  
POLÍTICOS, ECONÔMICOS SOB A DOMINAÇÃO MASCULINA EM  
ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de monografia, apresentado ao Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ismael Tcham.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**JERUSA GONÇALVES JOSÉ**

**OS DESAFIOS DO GÊNERO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA  
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS SOCIAIS, POLÍTICOS,  
ECONÔMICOS SOB A DOMINAÇÃO MASCULINA EM ANGOLA**

Este Trabalho de Conclusão do Curso TCC foi apresentado na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

São Francisco do Conde / BA, 11 de outubro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.º Doutor Ismael Tcham**

Orientador – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.ª Doutora Ana Claudia Gomes de Souza**

Examinador/a – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.ª Doutora Caterina Alessandra Rea**

Examinador/a – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>HIPÓTESE</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>10</b>
<b>7</b>	<b>QUADRO TEÓRICO</b>	<b>11</b>
<b>8</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>15</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>16</b>

## 1. Introdução

A ideia de pensar na participação da mulher na esfera pública nas sociedades modernas e democráticas vem sendo debatidos de forma constante e está presente na agenda política das instituições especializadas das Organização das Nações Unidas (ONU). Nos últimos anos, tais debates tem ganhado corpo também dentro da sociedade angolana. De maneira geral, em contextos africanos desde a década de 1960 ainda no auge de lutas de libertação que as mulheres gritam para o mundo, reivindicando os lugares na política, na economia, na cultura, entre outros e poder, demonstrando coragem e do que elas são capazes combatendo todas as formas do patriacado. Importa destacar que, Jürgen Habermas se dedicou a compreender as exigências da modernidade e se coloca na tarefa de resgatar as origens da esfera pública grega e segue suas transformações até o sistema capitalista avançado.

Habermas (1984) defende o princípio de que a razão deve ser usada para promover a interação nos processos sociais e políticos para promover a emancipação humana. Ele argumenta com base em Sócrates, que resgata o conceito de auto reflexão como forma de libertação e de distanciar de falsas ideias, para isso, reconheceu a formação da esfera pública plural como uma instância que assegure os interesses coletivos. Arendt (1983) lembra que naquele contexto a esfera pública só estava aberta à participação dos cidadãos que possuíam propriedades.

No caso da Angola parece que, a questão do gênero determina a participação e liberdade de estar e de atuar na esfera pública daquele país. Contudo, nos tempos mais recentes, as mulheres coletivamente guiadas pelas teorias feministas e pós-coloniais, mostram também que, a exclusão da mulher tem sido um problema histórico e cultural do qual o homem, infelizmente, ainda tem este poder.

Esta realidade, ainda prevalece na sociedade angolana pós-colonial, a desigualdade de oportunidades que resulta na escassez da presença da mulher na esfera pública. Apesar da gravidade do problema em todo o mundo, a falta de compreensão sobre essa desigualdade e as relações de poder que são construídas junto aos papéis ao gênero feminino e masculino parece levar a negação de direitos de participar de forma ativa em diferentes níveis da vida pública em Angola. E, por isso, é fundamental identificar o lugar da mulher no processo de formação da sociedade angolana, discutindo sua função política, problematizando não apenas a falta de oportunidade como também desconstruir um conjunto de normas de condutas, protocolos machistas explícitos ou implícitos que diminuem oportunidades à mulher, permitindo construir

uma cultura angolana que reconhece a história da mulher e que permeia o respeito e o direito das mulheres na igualdade de oportunidade com os homens.

Desse modo, a proposta deste projeto é tão somente contribuir com as reflexões sobre as oportunidades sociais, políticas e econômicas da mulher angolana face aos homens, investigando as formas como são organizadas a luta para conquista de lugar por parte das mulheres e sua participação no espaço político e social, partindo do pressuposto de que ainda os espaços ocupados são insuficiente para alcançar o nível elevado de apomderamento das mulheres em nosso país.

## **2. Problematização**

A busca de igualdade de oportunidade, da liberdade de participação na dinâmica social, política, econômica, entre outras, alinha-se com a emancipação do indivíduo ou de uma coletividade no âmbito de um processo social que se fortalece por meio de conhecimentos ou reconhecimento de certa injustiça, historicamente marcada pela experiência e percepção de que sua vida está sob controle do outro. Por isso, não é possível empoderar o outro. Assim, a força de conquistar liberdade e espaço precisa mais vir de si mesmo, mas é de grande importância existir um incentivo externo.

Rodrigues (2004) lembra que, desde anos 1940 que, a busca pela emancipação da mulher vem ganhando espaço político e social em Angola, mas e, mesmo assim culturalmente ainda não podemos falar que foi conseguido o nível de participação das mulheres na vida social em nosso país como seria desejável. Todavia, a realidade do país marcado pela história de conflitos mostra que, a mulher angolana sempre esteve presente não apenas como mãe, mas, tem contribuído para a paz e desenvolvimento do país com suas habilidades, o que leva acreditar que, a mulher nunca teve o papel do coadjuvante ou uma auxiliadora na construção do Estado e na formação da sociedade angolana, assumindo o protagonismo das ações nos espaços e no tempo e em toda a história do país.

Contemporaneamente, Rodrigues (2004) mostra que, do ponto de vista do trabalho, nota-se a presença de mulheres no mercado de trabalho, a mão-de-obra feminina tem sido cada vez mais aceita até mesmo solicitada no país. Contudo, segundo Rodrigues (2004) não se pode negar a subalternização da mulher no mercado com evidencia nos papéis e nas atividades que elas exercem no dia a dia ao lado dos homens. Desde abertura política, ou seja, nos meados de 1990, os partidos políticos e departamentos do Estado têm sido pensados e

constituídos como instituições inegavelmente masculinas, havendo todas as formas de resistência à incorporação das mulheres não como meras militantes ou servidoras públicas, mas com responsabilidades de lideranças e executoras de projetos e ações na política, na economia, entre outras, em outras palavras, são poucos os espaços abertos para mulheres ocuparem e tampouco incorporam as plataformas sobre os direitos das mulheres. Portanto, esta real constatação dos fatos constitui o problema principal deste projeto, buscando compreender os elementos culturais e políticos que colaboram no acesso desigual ou equitativo de mulheres às instituições sociais em Angola. Tendo, com efeito, construído as seguintes perguntas de partida: quais são os motivos que tem levado a pouca participação de mulheres nos espaços públicos? Qual tem sido a posição das mulheres diante dos desafios que ela tem enfrentado na esfera pública?

A problemática acima exposta, reivindica ações e estratégias acadêmicas e políticas possíveis de encontrar alternativas que contribua para minimizar o fosso social decorrente da violência em termos de oportunidades políticas e econômicas no país. Importa salientar que, as mulheres têm tido a maior participação política no âmbito da sociedade civil nos mais diversos movimentos sociais – inclusive os movimento criados pelas mulheres voltados para defesa dos direito da família, combate ao racismo, de defesa dos direitos sexuais, de direitos humanos, ecológico, associações comunitárias e sindicais. Conforme constata Zangue (2012), no âmbito da representação mais ampla, isto é, nos espaços de poder como no Legislativo, Executivo e Judiciário ainda enfrentam grandes adversidades e a sua participação é muito reduzida.

Desse modo, pretendemos politizar e criar as bases desta discussão no âmbito acadêmico, envolvendo a juventude angolana no intuito de alertar sobre a desigualdade de gênero no país. Arendt (1983) enfatiza que, o feminismo enquanto teoria e prática vem transformando as mulheres em novos (as) sujeitos (as) políticos.

Segundo Rodrigues (2004) essa condição faz com que as mulheres assumam coletivamente o protagonismo de suas ações, a partir do lugar em que estão inseridas, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta. Em Angola, as mulheres têm organizado e participam também das conferências nacionais e internacionais, onde têm sido debatido várias questões relacionadas a situações que lhe dizem respeito, essas conferências, os encontros, simpósios, entre outras têm sido de grande importância, servindo de forças para luta diária de seus direitos.

### **3. Objetivos**

#### **3.1. Objetivo geral**

Analisar as causas estruturantes que determinam a participação limitada das mulheres no mercado formal de trabalho, nos setores do Estado e nas esferas privadas em Angola.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- ✓ Compreender a participação feminina na construção do Estado e dos eventos sociais e políticos que marcaram a história recente da sociedade angolana.
- ✓ Problematizar a discriminação de gênero feminino, buscando sua relação com a desigualdade nos espaços públicos.
- ✓ Avaliar as ações do Estado na construção de políticas públicas em defesa da mulher e na promoção da igualdade do gênero em Angola.

### **4. Justificativa**

Existem diferentes maneiras de pesquisar a desigualdade do gênero na sociedade angolana - logo o nosso interesse ganhou a forma e sentido de pesquisar a desigualdade do gênero quanto ao acesso a esfera pública na sociedade angolana. A escolha do tema de pesquisa se deu pela nossa proximidade com a situação, uma questão muito peculiar, que tem evidências muito claras no contexto desta investigação. Escolhemos esse tema por perceber que, na sociedade angolana existe uma desigualdade de oportunidades de acesso ao empregos públicos, supostamente decorrente da discriminação para com o gênero feminino, considerando que sou uma cidadã angolana, e me preocupo com bem estar da sociedade do país, incluindo assuntos políticos, econômicos assim como outros direitos que as mulheres reivindicam.

Ademais, notamos que, apesar de participação significativa de mulheres nas organizações de base, isto é, nos movimentos sociais, associações, Organizações Não Governamentais - ainda existe uma certa limitação das mulheres na participação da política do Estado, e essas limitações também se estendem na ocupação de lugares formais, ou de exercer papéis em cargos de competência na esfera pública e, ainda que esta tenha oferecido incondicionalmente sua participação na construção do Estado e na formação social do país – mas ainda assim se vê afastada do centro. Em vista disto, justifica-se a realização deste projeto de pesquisa para aprofundar a compreensão sobre este fenômeno de desigualdade do gênero e suas interfaces com a presença fraca de participação de mulheres na vida pública, ocupando cargos e funções



políticas na gestão do Estado. A presente proposta de investigação torna relevante, uma vez que pretende encontrar possíveis respostas para uma realidade dolorosa, isto é, vi ver esta impotência de não saber o que fazer para resolver ou minimizar o problema.

Penso que essa mesma desigualdade e discriminação tem sido notada desde os tempos passados, que muitas das vezes tem sido encarado como algo cultural e que tem passado até hoje, colocando a mulher em um espaço invisível e impossibilitada de realizar certas tarefas e ocupar cargos de grande relevância na sociedade. Segundo Silva (2011), na sociedade tradicional bantu, a mulher tem sido vista como alguém auxiliadora do homem, tanto que ao homem estão encarregadas atividades que o obrigam a ter força suficiente, capacidade, resistência suficiente e longos períodos fora de casa, enquanto que:

“A mulher é apenas colocada em um lugar bastante limitado de tarefas, com o protesto de que ela precisa se afastar por causa da gestação na qual está imposta, do cuidado de filhos (as), dessa feita tem alimentado tabus que limitam as mesmas à sua participação de certos trabalhos, “para não manchá-los com a sua impureza” Aliás, por ela ter que cuidar do lar, do marido, e dos filhos, ela fica sem tempo para se dedicar dos assuntos dito “próprios dos homens” (SILVA, 2011, p. 3).

Na antropologia, a cultura é entendida como a instância onde diferentes sociedades realizam suas humanidades (FARIA e GARCIA, 2002). Tendo-a como um fenômeno anterior e exterior ao indivíduo; de mesmo modo a cultura realiza-se quando é tornada identidade. Neste sentido, podemos afirmar que não existem culturas estáticas. Boaventura de Souza Santos colabora com a percepção de que: “vivemos um tempo de transição, de transformação, onde o projeto da modernidade parece ter se cumprido em excesso ou ser insuficiente para solucionar os problemas que assolam a humanidade, vivemos uma condição de perplexidade diante de inúmeros dilemas nos mais diversos campos do saber e do viver, tornando-se fonte de desafios à imaginação, à criatividade, ao pensamento e de mediações culturais”.

Acreditamos que, a sociedade angolana pode estar a caminho de várias mudanças, no ramo político, cultural e social. Por agora, inicialmente pensamos que é importante refletir sobre o que significa ser mulher no mundo contemporâneo, em particular em nossa sociedade.

## **5. Hipótese**

Partimos da hipótese de que a marginalização da mulher tem sido um dos motivos para que haja pouca participação da mulher nos espaços públicos. Verificamos que apesar de existir as leis que velam pelos direitos dos cidadãos, e alegam que todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres tem havido desigualdade e discriminação, e isso tem influenciado muito para

que haja um número baixo de mulheres na esfera pública. Acredita-se que, a desigualdade de gênero está na cultura desse mesmo país que tem colocado a mulher como mera auxiliadora, alguém incapaz de liderar grande cargo na sociedade visto que a mesma já nasce com um lugar própria.

## **6. Metodologia**

Este projeto será desenvolvido com base no método da pesquisa bibliográfica, que Gil (2002) vê como um processo segundo o qual um conjunto de atividades têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico, entre outras e é racional, sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas propostos”. No presente trabalho a pesquisa bibliográfica centrar-se-á na busca do aprofundamento teórico e conceitual de categorias analíticas do problema proposto neste projeto, tais como: gênero, discriminação, mercado, desigualdade, entre outras.

Para Gil (2002) pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, ou seja, a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na formação de um trabalho de investigação, depois da escolha do tema - necessário fazer uma análise bibliográfica do tema proposto, esse mesmo auxilia na escolha de um mais apropriado, assim como num conhecimento e nas circunstâncias e na realidade da pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1983) esse procedimento metodológico pode ajudar um/a pesquisador/a em chegar a mais abordagens ou entendimentos diferentes sobre o assunto, além de projetar um histórico sobre o problema de estudo, a pesquisa bibliográfica pode também ajudar na identificação de contradições e respostas que foram levantadas anteriormente sobre questões feitas.

As categorias analíticas acima indicadas serão analisadas em consonância com a busca de respostas articuladas nos livros, artigos, teses, dissertações e ainda, a investigação será realizada a partir da análise dos relatórios das Organizações Internacionais sobre o gênero e Direitos da Mulher disponíveis na internet; assim como outras fontes como: documentos monográficos, periódicos, jornais, revistas e textos disponibilizados em sites confiáveis, entre outros locais nas quais apresentam um assunto documentado relacionado com o problema desta pesquisa.

A escolha da pesquisa bibliográfica para esta investigação deve-se a compreensão de ser a mais adequada porque pode facilitar para responder em parte às perguntas daquilo que estamos pesquisando. No entanto além da pesquisa bibliográfica, é necessário ser realizado uma pesquisa de campo. A mesma terá por base de entrevista, minha escolha considera que as

mesma se trata de uma estratégia de investigação que podem ser eficaz para aquela que será a minha pesquisa, que tem como objetivo a compreensão, no entendimento, sabendo terá uma grande ajuda dada por parte dos pesquisadores questões que foram levantadas de acordo as suas suposições e conjecturas.

Esse tipo de estudo de campo, tem exigido muita competência por parte do entrevistador sabendo que esse tipo de pesquisa leva mais tempo. Rodrigues (2009, p. 52-53) pondera que, “a entrevista é a técnica utilizada pelo pesquisador (a) para obter informações a partir de uma conversa orientada com entrevistado (a) e deve atender a um objetivo predeterminado”. Assim, ela deve ser planejada para que o pesquisador possa obter informações claras e objetivas, caberá ao pesquisador avaliar as vantagens e desvantagens de utilizar essa técnica. A entrevista requer disponibilidade de tempo, mas poderá fornecer informações valiosas. Alguns procedimentos devem ser considerados para a elaboração instrumental e a realização da entrevista.

Segundo Bauer e Gaskell, (2015) falam de como é a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados que é condição *Sine quan non* da própria entrevista de qualidade. Esse mesmo entendimento irá auxiliar para um número de diferentes empenhos na pesquisa, será o final para terminação por si só, o fornecimento de uma “descrição detalhada” em um ambiente social específico; pode também ser imposta como o pilar de apoio de um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica. Além dos objetivos amplos da descrição do desenvolvimento conceptual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode exercer uma função vital em semelhanças com os outros métodos. Acreditamos que, está proposta metodológica pode dar forma a nossa investigação uma vez que facilita acesso ao público pesquisado.

## **7. Quadro teórico**

A república de Angola é um dos mais recentes Estados independentes da África meridional e integrou um conjunto de territórios que fizeram parte do “colonialismo tardio” praticado por Portugal até meado da década de 1970. Sua denominação advém do aporuguesamento do nome do rei *Ngola, do Reino Ndongo*, que se localizava, no século XVII, próximo de onde hoje se encontra a capital do país, Luanda. Situado na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul. O país ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1600km, fazendo fronteira, em outros 3500 quilômetros, com Congo, o Zaire, a Zâmbia e a Namíbia. Sua superfície total, de formato quadrangular, mede

1.246.700km<sup>2</sup>, compreendendo aproximadamente, a área territorial conjunta de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Uma parte do território angolano, o enclave de Cabinda está separado do restante do país por uma faixa estreita de menos de 50km (pertence a República Democrática do Congo para seu contrato com o mar) e pela foz do rio Congo ou República Democrática do Congo na fronteira norte do país. Grande parte do território de Angola compõe-se de planaltos superiores a 1000 metros, nunca ultrapassando, porém, 2600 metros, ponto culminante representado pelo Morro Moco, no Planalto Central. Ao longo da costa, percebe-se uma faixa plana, resultado de uma depressão (outrora ocupada pelo mar, segundo os especialistas), que varia de poucos a até 200 quilômetros de largura, caracterizando todo o seu belíssimo litoral. Sua grande extensão costeira tem significado econômico tanto para Angola quanto para seus países vizinhos, Zaire e Zâmbia, que tem ligação com o oceano Atlântico através do território angolano. É nesse território que vive cerca de 30 milhões de habitantes - povos de diferentes crenças religiosas, embora a língua oficial seja o português, fala-se também inúmeras línguas locais, que faz daquele país um caldeirão de diversidade étnica, cultural e lingüística. Como se pode observar, a sociedade angolana é bastante complexa por ser um sociedade multicultural e heterogênea. Até os dias atuais, organizações sociais tradicionais desempenham um papel importante na estrutura social e são dominadas pelos homens -, ou seja, nesse contexto a mulher sofre demais discriminação de gênero. Solival 2000, (p.93-95).

Nesta sociedade, segundo Solival (2000, p. 91) “o espaço da mulher ainda se circunscreve muito à esfera doméstica, pois grande parte das estruturas sociais e familiares são patriarcais e as mulheres encontram-se subalternizadas”.

Nos cadernos de estudos acadêmicos, Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida nos mostra que, naqueles tempos duros de escravidão, as relações de poder e desigualdade entre os grupos sociais a discriminação da mulher era mais assentuada. Autora percebia que, o preço que era exigido para ter uma mulher negra para desempenhar as missões idênticas com os preto destacados, mas com retribuições diferentes. Como margem também é sentido o papel das mulheres nas lutas de libertação, dado que os sujeitos históricos destas metas narrativas são quase sempre homens, líderes históricos investidos de um discurso libertador, ficando as mulheres invisíveis como acores da história ou como sujeitos que lutaram, se interrogaram, analisaram e produziram ideias. Vamos também tentar perceber com através das suas narrativas epistolares e biográficas, as relações de poder e gênero operaram em vários movimentos como Movimento Popular de Libertação em Angola (MPLA).

Todas estas intersecções podem parecer demasiado ambiciosas mas elas permeiam o social e contribuem para entender a problemática a analisar. Em artigo do caderno dos estudos africanos Deolinda Rodrigues, fala da família metodista à família MPLA<sup>1</sup>. Ela lembra que, “várias organizações femininas do continente, entre as quais a Organização da Mulher de Angola (OMA) se destacaram em representação da sociedade civil dos seus países e, tais organizações têm se destacado na atualidade através de uma advocacia forte e dinâmica junto a União Africana (UA) em defesa da promoção de uma cultura de paz a nível dos vários países do continente, nas famílias, nas escolas, nas comunidades, promovendo valores como a solidariedade respeito e a tolerância, entre outras.

Hoje em Angola temos mais de 30% de mulheres no Parlamento, mas a dúvida sobre a paridade na direção das Comissões. Importa ressaltar que houve alguns avanços, a luta das mulheres em Angola resultou na nomeação de uma mulher como vice-presidente da Assembleia Nacional, mulheres nos ministérios e secretarias de Estado, governadoras provinciais em duas províncias de grande peso, mas ainda está longe de representar uma equidade social de gênero no país.

Todos estes exemplos das mulheres angolanas têm vindo a influenciar decisões a nível local, nacional, regional e global, porque “nunca devemos esquecer que em África se educar uma menina, educar uma comunidade, educar uma nação”, sublinhou a secretária geral da Organização da Mulher Angolana.

Em África, várias organizações de mulheres fortes que se engajam na luta pela advocacia dos direitos das mulheres e que pressionam os órgãos de decisão para a adoção legal de políticas e programas a favor da igualdade do gênero (ANDRÉ, 2018). O novo projeto de governança do MPLA feita no último governo - criadas ministeriais, dos quais, 12 chefiados por mulheres é muito interessante ver que houve aumento na representação feminina no aparelho governativo.

---

<sup>1</sup> O seu nome completo é “Langidila” (nome de Guerra). Nasceu em Catete no dia 10 de fevereiro de 1939, é filha de um casal de professores primários e a terceira de cinco irmãos. O pai partilhava as tarefas do ensino com as de pastor evangélico. Roberto de Almeida, atual vice-presidente do MPLA, é um dos irmãos de Deolinda Rodrigues. Na era colonial, a sua região natal foi cenário de revoltas populares por causa da exploração cruel das companhias de algodão contra os trabalhadores cujas reivindicações justas eram reprimidas com a mais dura violência. Desde pequena, Deolinda revoltou-se contra esta vida de humilhação, miséria e opressão, o que despertou nela um profundo sentimento patriótico. Lembrou a experiência da luta das mulheres angolanas pela paridade do gênero e para a sua participação em todas as instituições da sociedade, públicas e privadas, e contra todas as formas de discriminação, o que tem sido apreciado e valorizado em vários encontros regionais e internacionais.

Apesar de ter havido aumento de ministerios chefiados por mulheres, ainda tem se notado a ausência de governadoras, um retrocesso na luta pela igualdade de género relativamente a representação da política das mulheres nos espaços de decisão. André (2018) ressalta que, Angola tem registado avanços se comparado com os anos anteriores – esse tem sido o período que mais teve uma grande participação das mulheres em ministeriais, mas ainda se tem propostas claras quanto ao combate à discriminação e à violência baseada no género. Nos tempos atuais falar de mulher ainda é falar de separação social, incoerentemente fatores como a globalização e os reajustes organizados têm dado suporte, não apenas para acabar com as forças que têm as sociedades em agirem por elas mesmas, para seu próprio benefício, acima de tudo para ressaltar tanto a feminização da situação precária, da pobreza, com resultados tão inesperados, como a falta de cidadania, a falta de sucesso escolar, o desemprego, a prostituição e a decomposição social das famílias entre outras (VALENTE, 2001).

Segundo Santana (2019, p. 2) “pensar a mulher no local público - ainda leva-nos a separação de atividade repartida entre a mulher e o homem, por conta disso é notável as diferentes desigualdades tratando se poder, prestígios e riqueza”. Para Valente (2001) mesmo que esse assunto sobre as mulheres girar em volta do mundo inteiro, essas situações de género auxiliam e servem de apoio para que haja desigualdades sociais.

Acreditamos que, discutir o papel da mulher no espaço público em Angola pode significar o início de uma grande revolução porque resulta em romper com os mitos que mantem a divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígios e riqueza. Logo, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo no mundo, as discriminação baseado no género contribuem e servem de base para as desigualdades sociais. Segundo escreveu Santana, (2017, p. 55).

O género enquanto presente neste projeto pode ajudar a esclarecer às diferenças que são produzidas socialmente e, mediante o processo de construção de género, a sociedade apropria-se de idéias sobre o que é ser homem e ser mulher assim como o que é próprio de cada sexo, ou seja, faz a previa divisão de papeis. A sua simbolização cultural, além de macular os sexos, macula o social, o político e o religioso. Desse modo, percebe-se que estes significados são projetados nos individuos, ou seja, são valores socialmente impostos. E estas diferenças são constituídas pela própria sociedade a partir dos valores assimilados através da cultura, mas pode ser mudada ou ajustada a novos tempos (SANTANA, idem, p. 2).

Segundo Arruda (2002, p. 129-130) a teoria das representações sociais operacionava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade.



## REFERÊNCIAS

SILVA, Eugénio Alves da. **Tradição e identidade de género em angola**: ser mulher no mundo rural. Revista Angolana de Sociologia, n. 8. Angola, 2011. (Pag. 21-24),

ANDRÉ, César. **Angola regista avanços na igualdade de género**. 2018. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/angola\\_regista\\_avancos\\_na\\_igualdade\\_de\\_genero](http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/angola_regista_avancos_na_igualdade_de_genero)  
Acesso em: 28 de agosto de 2018

ANGOLA, **Constituição Geral da República**, 1. ed, Luanda: Imprensa Nacional. 2010.  
Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>  
Acesso em: 28 de agosto de 2018

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARRUDA, Angela. **Teorias das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de pesquisa, n. 117. 2002. (Pag. 127-147) Disponível em:  
<https://www.google.com.br/search?ei=NGyyW7eDO8GkwAT1ibOwDw&q=Arruda%2C+Teorias+das+representa%C3%A7%C3%B5es+sociais+e+teorias+de+g%C3%AAnero&oq>  
Acesso em 22 de setembro de 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Usos da entrevista qualitativa**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13 ed. 2015. (Pag. 65). Carneiro, Sueli. **Mulheres em movimento**. Mulher, Mulheres Estudo. vol. 17. no.49 São Paulo Septo./Dec. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014200300030000%20&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014200300030000%20&script=sci_arttext) Acesso em 15 de agosto de 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em aspetos da Discriminação Racial Relativos de Gênero**. University of California Los Angeles. (Pag. 172-181)

FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. SP, Instituto Polis, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KITOMBA, Cecília. **O Retrocesso na Luta pela Justiça de Género na Nomeação do Novo Executivo e na Formação da Nova Legislatura dia 4 de outubro de 2017**  
Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2017/10/3/77o6khjrx7o8xey06whvkc15898ir> Acesso em 28 de agosto de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisas 6ª Edição revista e ampliada**. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2007.

**Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero**: Conferência Distrital de Políticas para Mulheres, realizada em Brasília, de 26 a 28 de maio de 2004. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/participacao\\_politica\\_das\\_m.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/participacao_politica_das_m.pdf) Acesso em 22 de agosto de 2018.



RODRIGUES, Auro de Jesus. **Entrevista**, 1 ed, 2006, 1reimpressão 2009.

SANTANA, Anabela Maurício de Santana. Mulher mantenedora/homem chefe de família: Uma questão de genero e poder.

SOLIVAL, Menezes. **Mamma Angola**: sociedade e economia de um país nascente. Angola, 2000. (p. 93-95)

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A situação da mulher em Angola**,2001. Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/angola/hosting/valente.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2018.

Sites Consultados:

Disponível em:

[http://jornaldeAngola.sapo.ao/sociedade/angola\\_regista\\_avancos\\_na\\_igualdade\\_de\\_genero](http://jornaldeAngola.sapo.ao/sociedade/angola_regista_avancos_na_igualdade_de_genero)  
Acesso em 28 de agosto de 2018.

Disponível em: site. <http://www.mpla.ao/oma.25/deolinda-rodrigues.29.html> Acesso em 03 de julho de 2018.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/135> Acesso em: 04 de junho de 2018

Disponível em:

[http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/a\\_mulher\\_na\\_sociedade\\_angolana](http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/a_mulher_na_sociedade_angolana) Acesso em: 20 maio 2018.